



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PORTARIA INTERNA N.º: 053/DETRAN/SC/2000

***O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO
DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA, no uso de suas atribuições, etc. e,***

CONSIDERANDO a busca a um atendimento exemplar
ao público, bem como o bom funcionamento deste Departamento;

CONSIDERANDO a necessidade da implantação de um
procedimento regular na estrutura organizacional do Setor de Defesa Prévia da
CIRETRAN da Capital/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - A partir desta data, fica o Setor de Defesa Prévia
denominado ***Setor de Multas***.

Art. 2º - São atributos do ***Setor de Multas***:

I- A emissão de guia de multa, histórico de infrações,
cópia do auto ou fotografia da infração, quando originária de equipamentos
eletrônicos situados no perímetro urbano do Município de Florianópolis;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

II - O recebimento de Defesas Prévias, bem como sua distribuição às Comissões para a devida análise referentes a veículos ou infrações deste Município;

III - O cadastramento do protocolo da Defesa Prévia e da decisão proferida com sua análise, no sistema informatizado;

IV - O recebimento dos recursos para a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações ocorridas nesta Capital, bem como sua instrução para posterior encaminhamento ao Setor respectivo.

Art.3º - *Qualquer requerimento proveniente de terceiros, somente serão recebidos no Setor de Multas, se solicitados por escrito e consubstanciados por PROCURAÇÃO, outorgada pelo proprietário do veículo, concedendo os poderes específicos que o ato requer.*

§ 1º *Cada requerimento entregue deverá referir-se a apenas um veículo.*

§ 2º *No caso dos requerimentos de terceiros que versarem sobre emissão de guias de multa, autos e históricos de infrações, será cobrada a quantia de 1 (uma) UFIR, por cada documento, na conformidade da Tabela III, da Lei n.º 7.541/88, alterada pela Lei n.º 10.298/96.*

§ 3º *Os proprietários de veículos, devidamente identificados, estarão isentos do pagamento da taxa referida no parágrafo anterior.*

§ 4º *A Procuração outorgada a terceiros não advogados, deverá ter a assinatura do outorgante reconhecida em cartório.*



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Art.4º - *As Defesas prévias, deverão ser interpostas em tempo hábil, mediante o preenchimento de requerimento padrão fornecido por este Órgão, constante no Anexo I da presente, juntamente com os seguintes documentos:*

I - *Fotocópia do Certificado de Registro e Licenciamento do veículo a que se refere a defesa;*

II - *Fotocópia do documento de identidade (RG) e CPF do proprietário do veículo;*

III - *A Notificação, a Guia de Recolhimento ou ainda, o auto ou fotografia da infração, devendo esta última, ser providenciada junto ao IPUF, quando não disponível no Setor de Multas.*

§ 1º *A defesa além de conter os itens acima, deverá obrigatoriamente estar preenchida e assinada pelo proprietário do veículo, sob pena de não ser recebida.*

§ 2º *Cada defesa corresponderá a uma infração, independentemente de em um mesmo auto constar mais de um enquadramento.*

§ 3º *O tempo hábil a que se refere o caput é de 30 (trinta) dias, mais tolerância de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação da infração, na conformidade do art. 2º, da Resolução n.º 568/80 do CONTRAN, cujo texto foi dado pela Resolução n.º 744/89 do CONTRAN, exceto os casos em que o proprietário não for notificado;*

§ 4º *Para obter a cópia do processo de Defesa Prévia já analisado, o proprietário do veículo ou terceiro mediante procuração, levará em carga*



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

o referido processo, deixando em posse do Setor concedente, documento de identidade ou similar, que só será devolvido após a devolução do processo.

***Art.5º** - Está proibida a entrada de pessoas estranhas ao Setor de Multas, salvo se convidado por funcionário, desde que autorizado pelo Chefe do Setor.*

***Art.6º** - Revogam-se as disposições contrárias.*

Dê-se ciência a todos o funcionários do Setor de Multas. Afixe-se em local visível para amplo conhecimento.

Florianópolis, 29 de maio de 2000.

WANDERLEY REDONDO
Delegado de Polícia
Diretor-Geral